



*Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete de Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves*

13  
m

138

Sexta Câmara Cível

Embargos de Declaração n.º 0093587-1/01

Embargante: José Moreira da Silva, representado por seu herdeiro,  
Antônio José de Carvalho Moreira

Embargado: Espólio de Luzia Cavalcanti de Albuquerque

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Caruaru  
3525

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS: OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTENTES. FINALIDADE REVISORA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- Os embargos de declaração visam esclarecer obscuridades, afastar contradições e suprir omissões eventualmente existentes no ato judicial embargado, não se prestando, em bom rigor, ressalvadas situações excepcionais, para, reabrindo a discussão acerca de questões já enfrentadas pelo órgão jurisdicional, permitir a revisão ou a anulação do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes aclaratórios tombados sob o nº 0093587-1/01, acordam os desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em desprover o recurso, na forma do voto do Relator.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

lu  
m

139

Sexta Câmara Cível

Embargos de Declaração n.º 0093587-1/01

Embargante: José Moreira da Silva, representado por seu herdeiro, Antônio José de Carvalho Moreira

Embargado: Espólio de Luzia Cavalcanti de Albuquerque

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

## RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos contra o Acórdão de fl. 160, da E. Sexta Câmara Cível, assim sumariado:

“EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. LOCAÇÃO COMERCIAL. FIM DO PRAZO. AÇÃO DE DESPEJO. ARTIGO 56 DA LEI Nº 8.245/91. NOTIFICAÇÃO. ESCRITURA PÚBLICA. APRESENTAÇÃO DESNECESSÁRIA. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- Preenchidos os requisitos dos arts. 56 e 57 da Lei nº 8.245/91 e decorrido o prazo sem ocorrência de desocupação voluntária do imóvel locado, enseja-se correta a procedência do pleito, com a decretação do despejo;

- É desnecessária a apresentação da escritura pública do imóvel quando da notificação ou aviso nos casos de locação não residencial; o contrato por prazo determinado cessa, de pleno direito, findo o prazo estipulado.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0093587-1 e nº 0093588-8, em que figura como apelante José Moreira da Silva, e como apelado Espólio de Luzia Cavalcanti de Albuquerque, acordam os desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em negar provimento aos recursos, nos termos do voto do Relator.

Recife, 01 de outubro de 2009. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. Relator”.

7

AS  
m

Procura o embargante, resumidamente, em suas razões recursais, demonstrar o desacerto da veneranda decisão embargada, e apontar "a inobservância do Des. Relator no tocante às várias petições acostadas aos autos" como fundamento para interposição dos referidos embargos. Isto porque: (a) por causa da decretação do despejo o autor veio a óbito; (b) todos os recibos do pretenso aluguel são forjados, pois nunca houve contrato de locação, (c) o imóvel em tela não tem registro no Cartório Imobiliário da Cidade; (d) sua assinatura no contrato de locação não teve reconhecimento de firma. Diante do exposto, requer: "a reforma da sentença para que possa provar a verdadeira realidade do processo".

140

É o relatório, naquilo que de essencial havia para ser registrado.

### VOTO

O Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves (Relator) proferiu o seguinte voto:

Nada a aclarar no Acórdão embargado, não passando o presente recurso de tentativa inútil de modificar a decisão alcançada; daí o seu caráter infringente.

As questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas pela Câmara Julgadora, não havendo obscuridade, contradição ou mesmo omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pelo Embargante.

Tal circunstância, porém, não enseja a revisão da matéria como pretende o Embargante, isso porque: (i) os aclaratórios não se prestam para reabrir

7

a discussão sobre pontos que foram agitados pelas partes e efetivamente apreciados pelo órgão julgador; (ii) não foi, no caso em tela, apontada a ausência de enfrentamento no acórdão, de questões eivadas por omissão, contradição e obscuridade, que demonstrem o desacerto da decisão embargada; (iii) não há como conceder efeitos modificativos aos embargos, se não em decorrência de, pelo menos, um desses vícios, que, por sua vez, não estão presentes.

Logo, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

O jurista PONTES DE MIRANDA, com adequação ao caso, preleciona que, nos embargos declaratórios, "não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima"

O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal..." (RTJ 173/29, junho/2000).

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo

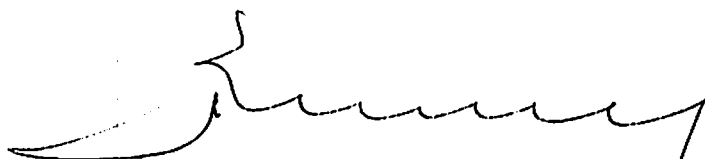
142

17  
m

208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Nestas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado." (cf. RJTJSP 111/114)".

Por tais fundamentos, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.



FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

R E L A T O R